



Entrevista coletiva concedida pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, após despacho com o Presidente da República

Palácio do Planalto, 03 de janeiro de 2008

Ministro: Bom dia a todos e a todas. Havia uma certa curiosidade em saber sobre o despacho que eu tive com o presidente. Foi uma reunião, relativamente boa, comparando com o habitual, mas o que nós fizemos hoje foi um balanço pormenorizado de algumas das principais ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Discutimos alguns projetos específicos que têm um interesse grande do presidente: a expansão das universidades federais; a expansão das escolas técnicas federais; a Universidade Aberta do Brasil; o programa de inclusão digital das escolas, com instalação de laboratórios conectados com banda larga à Internet; o programa Caminho da Escola; o programa Proinfância, que visa a ampliar a rede física de atendimento em creches e pré-escolas e os planos de ações articuladas dos governadores e prefeitos que aderiram ao Plano de Desenvolvimento da Educação, que hoje está na marca de 25 governadores, porque são 24 estados mais o Distrito Federal, 25 governadores e 4.100 prefeitos.

Esses programas foram detalhados para o Presidente, com cronograma, com as metas 2008/2009. Nós conseguimos, na semana passada, uma antecipação de recursos de investimentos do Reuni, da ordem de 250 milhões de reais, que já foram integralmente repassados para as universidades. Então, nós conseguimos usar um espaço de superávit excedente, conseguimos usar um espaço de 2007 para antecipar obras previstas para 2008. Isso nos abriu um espaço orçamentário para 2008 que nós não tínhamos. Isso facilita o enquadramento do nosso orçamento à nova realidade.

Então, nós temos um conjunto de ações que foram detalhadas para o Presidente, e ele pediu um cronograma de todas as obras. Quis saber se havia



alguma obra em atraso, mas enfim, foi uma reunião, eu diria, uma reunião de balanço destes programas prioritários do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Jornalista: Renata Giraldi – Folha On Line. Eu pergunto para o senhor o seguinte: ontem, foram anunciadas as medidas compensatórias. Isso vai atingir o Ministério da Educação? Se for atingir, quais são os programas que deverão ter as verbas reduzidas e quanto deve ser retirado do Ministério em decorrência dessas medidas e por quanto tempo?

Ministro: Olha, a convocação do Presidente não teve essa finalidade. Foi uma convocação para discutir essas ações que eu listei. Nós não discutimos, em nenhum momento, eventuais cortes que se façam necessários na pasta da Educação.

Jornalista: Mas há essa previsão, Ministro?

Ministro: Não, não quer dizer que vá ou que não vá ter. Não foi objeto da nossa discussão. Eu, particularmente estou muito confortável com as medidas tomadas pelo ministro Guido Mantega ontem, são medidas acertadíssimas, sobretudo no que diz respeito à tributação dos excessivos lucros do sistema financeiro. Acho que é uma contribuição que o sistema financeiro pode dar para o desenvolvimento do País. Então, confortaram a todos da Esplanada, e eu falo em nome do Ministério da Educação, as medidas tomadas ontem, e essas medidas significam que os programas sociais prioritários vão ser preservados e o Presidente reafirmou isso ao final da reunião, por minha provocação.

Eu perguntei, ao final da reunião para ele, se esses programas que haviam sido detalhados durante a reunião, você sabe que o PDE tem 40



programas e nós discutimos algo em torno de seis ou sete programas que impactam o orçamento do MEC de maneira mais efetiva e esses programas representam... não tenho o dado preciso mas deve responder por $\frac{3}{4}$ do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Se nós pegarmos os planos e ações articuladas dos estados e municípios, a expansão da rede de educação superior e profissional, a conexão das escolas, a inclusão digital das escolas, o Caminho da Escola, o Proinfância, os que eu citei e a Universidade Aberta do Brasil, que é um programa de formação de professores da educação básica, esses programas têm um impacto muito expressivo no nosso orçamento.

Jornalista: Ministro, então esses programas, esses seis ou sete estão garantidos. Agora, o restante dos 40 pode ter alguma alteração?

Ministro: Eu vou só ser bastante preciso. Eu não discuti com o presidente essa questão de cortes. O que ele pediu para eu trazer para ele, isso foi feito, foi um detalhamento desses programas prioritários do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Jornalista: Mas então esse cronograma, ministro, que o senhor apresentou hoje, pode ter alterações ao longo do ano, já que o senhor não sabe...

Ministro: Eu acredito que não porque eu penso que as medidas tomadas pela área econômica ontem, visam justamente a preservar programas prioritários da área social.

Jornalista: O senhor está com medo, Ministro?

Ministro: Não, não tenho esse tipo de medo.



Jornalista: Ministro, o senhor estava contando que no final da reunião, provocou o Presidente perguntando sobre os remanejamentos. Ele respondeu o quê?

Ministro: Reafirmou a prioridade que dará no sentido de preservar esses programas.

Jornalista: Ministro, o senhor teme que, por exemplo ontem, como foi anunciado pelo ministro Paulo Bernardo, possa haver congelamento no reajuste salarial dos servidores? Isso pode afetar funcionários, professores e tudo mais e pode causar danos, por exemplo, às universidades federais e tudo mais?

Ministro: Olha, eu penso que a área econômica, as equipes técnicas dos ministérios envolvidos estão debruçadas sobre os ajustes a serem feitos. O ministro Guido Mantega deixou claro que nem toda compensação da CPMF será feita com substituição de um tributo por outro, até porque não há essa possibilidade. O que significa dizer que uma parte do ajuste será feito por corte de despesas e todos os ministérios, acredito, estão, não só cientes disso, como estão dispostos a colaborar para que o equilíbrio fiscal seja mantido, evidentemente, hierarquizando as ações e preservando aquelas que são fundamentais para o desenvolvimento nacional. Então é, digamos, o procedimento que se espera de um governo sério, que faça...

Jornalista: A implementação do piso nacional, Ministro, (inaudível)

Ministro: Do magistério? Não, não compromete porque não afeta as contas de estados e municípios e nem o Fundeb, que é a grande salvaguarda que se tem



para que prefeitos e governadores possam honrar o piso nacional do magistério que venha a ser fixado pelo Congresso Nacional.

Jornalista: Ministro, durante a votação da DRU...

Ministro: Aliás, o ministro Guido Mantega deixou bastante claro esse aspecto da questão em relação ao Fundeb, a garantia de que o Fundeb é, eu diria, a principal conquista do primeiro mandato do presidente Lula na área da educação, porque aporta 5 bilhões de reais adicionais à educação básica do País, que é dez vezes mais a média do que era aportado no fundo anterior. Por ter sido criado por emenda constitucional, o fundo é incontingenciável e são esses 5 bilhões de reais adicionais que garantem que o piso possa ser honrado pelos entes da Federação.

Jornalista: Durante a tramitação da CPMF no Senado, foi feito um acordo com a bancada do PDT para retirar a DRU da educação. Com esse novo cenário, o senhor acha que essa oferta, esse acordo, pode ser mantido?

Ministro: Olha, eu acredito que o fim da CPMF trouxe duas consequências importantes para a saúde e a educação. A primeira delas, que de certa maneira inviabilizou o PAC da Saúde, ou seja, aqueles 24 bilhões de reais adicionais que a Saúde ganharia, hoje está em compasso de espera, para saber como o País há de equacionar a questão do financiamento, e nós perdemos a oportunidade de agregar aquilo que foi tomado da educação em 1994, que representou para o País um prejuízo da ordem de 50 bilhões de reais em valores nominais, a valor constante muito mais. Em valores nominais, estamos falando de 50 bilhões de reais em 12 anos, de 1994 a 2006. Esse prejuízo causado ao País pela DRU... a DRU, na minha opinião, causou um grande prejuízo para a área da educação do País e nós tínhamos ali, uma



oportunidade de resgatar essa dívida com a área da educação. Evidentemente, essas duas questões: a ampliação do orçamento da Saúde, mais o resgate dessa dívida histórica com a educação, foram prejudicados pela derrubada da CPMF.

Jornalista: Ministro, o senhor falou que os ministros da Esplanada vão ter que hierarquizar as prioridades. O senhor já fez essa hierarquia no Ministério da Educação, o que vai com certeza ser preservado e o que pode ser...?

Ministro: Em primeiro lugar, nós temos que continuar executando... nós tivemos uma execução do nosso orçamento em 2007, acima das nossas expectativas, porque nós conseguimos antecipar investimentos de 2008, conforme eu comuniquei. Duzentos e cinquenta milhões, por exemplo, do Reuni, previstos para 2008, foram antecipados para 2007. Então, a situação do MEC hoje é relativamente confortável em relação aos investimentos previstos no PDE e como o objeto da reunião não foi esse, aliás, foi o contrário desse, foi uma cobrança do Presidente para saber se todo o cronograma do Plano estava sendo cumprido, e está sendo cumprido, então, não houve espaço na audiência para esse tipo de discussão.

Jornalista: Ministro, só me tira uma dúvida aqui. Dos 40 programas, o que representa esses 40 programas em relação a questão de dinheiro e esses sete programas que são prioritários, em dinheiro quanto isso representaria?

Ministro: Eu não tenho o quadro aqui, precisaria te detalhar, mas se você quiser provocar a minha assessoria de comunicação, eu posso te remeter o quadro.



Jornalista: E esses programas são os prioritários, esses que o senhor relatou em detalhes para o Presidente, são os prioritários dentro desse...

Ministro: Conforme eu disse, se nós somarmos os recursos envolvidos nesses programas, eles certamente respondem por alguma coisa em torno de $\frac{3}{4}$ do Plano de Desenvolvimento da Educação em volume de recursos.

Pessoal, bom dia e bom ano para vocês também.